



MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ
CÂMARA MUNICIPAL

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ADJUDICAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA – “INSTALAÇÃO DA REDE DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE ARCOS DE VALDEVEZ – ABERTURA DE REDE PRIMARIA E SECUNDÁRIA DE FAIXAS DE GESTAO DE COMBUSTIVEL (MIRANDA, RIO FRIO, PADREIRO STA. CRISTINA, PROSELO, PARADA E VILA FONCHE)”

Concurso Público Internacional

Valor base: 229.000,00 Euros

Caderno de Encargos

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro

(Código dos Contratos Públicos)

ÍNDICE

CADERNO DE ENCARGOS	2
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	2
Cláusula 1ª – Objeto.....	2
Cláusula 2ª – Contrato	2
Cláusula 3ª – Prazo	2
Cláusula 4.ª – Dúvidas e esclarecimentos	2
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	3
Cláusula 5.ª – Obrigações do fornecedor de serviços	3
Cláusula 6.ª – Prazo do fornecimento dos serviços	3
Cláusula 7.ª – Objeto do dever de sigilo	3
Cláusula 8.ª – Preço contratual.....	3
Cláusula 9.ª – Condições de pagamento	4
CAPÍTULO III – GARANTIA DE CUMPRIMENTO	4
Cláusula 10.ª – Garantia de cumprimentos contratual	4
CAPÍTULO IV – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS.....	4
Cláusula 11.ª – Foro competente	4
CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS	4
Cláusula 12.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual	4
Cláusula 13.ª – Legislação aplicável	4
ANEXO A – CLÁUSULAS TÉCNICAS	5
Cláusula 1.ª - Enquadramento	5
Cláusula 2.ª – Preço contratual base	5
Cláusula 3ª – Prazo de execução dos serviços	5
Cláusula 4ª – Área de intervenção	5
Cláusula 5ª – Definições técnicas	6
Cláusula 6ª – Descrição dos trabalhos a realizar	11
Cláusula 7ª – Condicionamentos	14
Cláusula 8ª –. Condições Gerais dos Trabalhos a realizar	15
ANEXO 1. – PLANTA DE INTERVENÇÕES POR FREGUESIA	19
ANEXO 1.1. – PLANTAS DE INTERVENÇÃO CARTOGRAFIA MILITAR E ORTOFOTOMAPAS	20
ANEXO 2. – QUADRO DE OPERAÇÕES E MEDIÇÕES	21

Em tudo o omissa no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro, e restante legislação aplicável.

CADERNO DE ENCARGOS

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª – Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA – “INSTALAÇÃO DA REDE DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE ARCOS DE VALDEVEZ – ABERTURA DE REDE PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (MIRANDA, RIO FRIO, PADREIRO STA. CRISTINA, PROSELO, PARADA E VILA FONCHE)”**.

Cláusula 2ª – Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicatária;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3ª – Prazo

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos fornecimentos em conformidade com os respetivos termos e condições, proposta do adjudicatário e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª – Dúvidas e esclarecimentos

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados pelos interessados por escrito, no primeiro terço fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, até ao dia anterior ao do termo do prazo de apresentação das propostas, conforme estipula o artigo 116.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR DE SERVIÇOS

SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 5.ª – Obrigações do fornecedor de serviços

As obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato.

Cláusula 6.ª – Prazo do fornecimento dos serviços

O fornecedor obriga-se a efetuar a totalidade do fornecimento objeto do contrato até ao termo de prazo proposto, caso não seja efetuado antecipadamente.

SUBSECÇÃO II – OBJETO DO DEVER DE SIGILO

Cláusula 7.ª – Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor dos serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Arcos de Valdevez, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor dos bens ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladores ou outras entidades administrativas competentes.

SUBSECÇÃO III – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ

Cláusula 8.ª – Preço contratual

1. Pelo fornecedor de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Arcos de Valdevez deve pagar ao fornecedor o preço constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Arcos de Valdevez.

Cláusula 9.ª – Condições de pagamento

1. A quantia devida pelo Município de Arcos de Valdevez nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 60 dias após a receção pelo Município de Arcos de Valdevez das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após a realização do fornecimento, devendo ser emitida uma fatura por cada requisição efetuada pelo Município de Arcos de Valdevez ou de harmonia com a discriminação que venha a ser determinada.
2. Em caso de discordância, por parte do Município de Arcos de Valdevez, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas e observando o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou de transferência bancária.

CAPÍTULO III – GARANTIA DE CUMPRIMENTO

Cláusula 10.ª – Garantia de cumprimentos contratual

1. O Município pode proceder à retenção de **10 %** do valor do pagamento a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais ou para quaisquer outros efeitos especialmente previstos no contrato ou na lei.
2. Dada a natureza do contrato e o seu valor, não é dispensada a prestação de caução pelo adjudicatário.

CAPÍTULO IV – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 11.ª – Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 12.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor dos serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 13.ª – Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável).

ANEXO A – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 1.ª - Enquadramento

Este Caderno de Encargos destina-se a caracterizar o procedimento concursal de aquisição de serviços a contratualizar, assim como, os respetivos trabalhos a realizar para a Instalação da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI) de Arcos de Valdevez, de forma a aumentar a operacionalidade do PMDFCI, diretamente na Rede de Faixas de Gestão de Combustível, (Rede Primária e Rede Secundária) e indiretamente, na Rede de Pontos de Água e na Rede de Infraestruturas de Apoio ao Combate.

A instalação de Redes de Defesa da Floresta Contra Incêndios, em terreno não privado, visando a diminuição da carga combustível e o acesso a pontos de água, é um reforço das capacidades de adaptação às alterações climáticas, assegurando a capacidade de resistência às catástrofes numa perspetiva de resiliência, capacitando desta forma o Município para este risco, integrando-se por isso no segundo objetivo específico da Prioridade de Investimento do POSEUR, como é o caso da redução dos incêndios florestais.

Fazem parte do presente Caderno de Encargos todos os trabalhos e seu modo de execução, os quais o adjudicatário se obriga a cumprir na íntegra. Os trabalhos que constituem a presente aquisição de serviços deverão ser executados com toda a solidez e perfeição e de acordo com as boas práticas silvícolas e cumprir todas as outras obrigações de natureza ambiental impostas por lei.

De entre os diversos processos de execução que porventura possam ser aplicados, devem ser sempre escolhidos aqueles que conduzam à melhor garantia de duração e acabamento e de acordo com as regras que melhor permitam consolidar os objetivos traçados no projeto.

Cláusula 2.ª – Preço contratual base

O preço contratual apresentado pelo concorrente contém todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Arcos de Valdevez, sendo o preço contratual máximo aceite de **229.000,00 (duzentos e vinte e nove mil euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, se aplicável.

Cláusula 3ª – Prazo de execução dos serviços

A data limite para a conclusão dos trabalhos previstos no atual procedimento é **o dia 30 de dezembro de 2016.**

Cláusula 4ª – Área de intervenção

O Projeto de Instalação da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Arcos de Valdevez (Faixas de Gestão de Combustível da rede primária e secundária) contempla ações nas freguesias seguidamente enunciadas (e de acordo com cartografia constante no anexo 1):

COMPONENTES	FREGUESIAS ABRANGIDAS
ABERTURA DE REDE PRIMÁRIA DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL, ATRAVÉS DE INSTALAÇÃO DE FAIXA DE REDUÇÃO DE COMBUSTÍVEL E DE FAIXA DE INTERRUÇÃO DE COMBUSTÍVEL	Miranda; Rio Frio; Padreiro Sta. Cristina; Proselo; Parada e Vila Fonche
ABERTURA DE REDE SECUNDÁRIA DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL ASSOCIADAS A TROÇOS DE REDE VIÁRIA FLORESTAL FUNDAMENTAL DE ACESSO À REDE PRIMÁRIA DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL, ATRAVÉS DE REDUÇÃO DE COMBUSTÍVEL	Proselo e Rio Frio

Cláusula 5ª – Definições técnicas

Dada a especificidade técnica deste tipo de trabalhos, apresentam-se algumas definições com vista à sua melhor execução:

Rede de Defesa da Floresta

O modelo de infraestruturação dos espaços florestais baseia-se no estabelecimento da Rede de Defesa da Floresta (RDF), que tem como função primordial concretizar de forma coordenada a estratégia de defesa da floresta contra incêndios, tal como definido no Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro.

A Rede de Defesa da Floresta é constituída por um conjunto de infraestruturas, nomeadamente pela rede de faixas de gestão de combustível, mosaico de parcelas de gestão de combustível, rede viária florestal, rede de pontos de água, a rede de vigilância e deteção de incêndios e a rede de infraestruturas de combate.

A localização, estado de conservação e operacionalidade de todas as componentes da rede de defesa da floresta, é condição necessária para permitir uma boa coordenação e gestão de meios (humanos, materiais e financeiros) e uma maior eficiência na defesa de pessoas e bens em caso de incêndio.

Rede de Faixas de Gestão de Combustível

As características atuais da floresta e a crescente suscetibilidade aos incêndios determinam a necessidade de uma intervenção mais criteriosa ao nível do estabelecimento de descontinuidades na estrutura das formações vegetais, tal como definido no Artigo 13.º, do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro. Essas descontinuidades assentam na designada Rede de Faixas de Gestão de Combustível (FGC), que é concebida em três níveis conforme as suas funcionalidades e responsabilidades de gestão.

O nível de uma rede primária sub-regional, o nível de uma rede secundária de nível municipal e o nível de uma rede terciária de nível local que é apoiada na rede viária, na rede elétrica e na divisão das explorações agroflorestais.

Assim sendo, considera-se que as FGC têm como objetivo principal a redução do perigo de incêndio. Cumprem três funções primordiais, conforme os objetivos de diminuir a superfície percorrida por grandes incêndios, proteger vias de comunicação, infraestruturas, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial ou isolar de focos potenciais de ignição localizados nas faixas paralelas às linhas elétricas, rede viária e parques de recreio.

Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível

A Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível (RPFGC) funciona como um elemento estruturante da paisagem rural, planeado e desenhado a uma escala distrital, a fim de desempenhar um conjunto de funções assentes na defesa de pessoas e bens e do espaço florestal:

- a) Função de diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo;
- b) Função de redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infra-estruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial;
- c) Função de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

Tendo como referência o n.º 1 e 2 do Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, as faixas integrantes da RPFGC visam o estabelecimento de condições favoráveis ao combate a grandes incêndios florestais, em locais estratégicos. Para tal, estas faixas deverão possuir uma largura não inferior a 125 metros e definirem compartimentos que, preferencialmente, devem possuir entre 500 ha e 10.000 ha.

As faixas da rede primária são entendidas como "parcelas de território, estrategicamente localizadas, mais ou menos lineares, onde se garante a remoção total ou parcial de biomassa florestal, através da afetação a usos não florestais (infraestruturas - rede viária associada) e do recurso a técnicas silvícolas (desbastes, desramações, controlo da vegetação espontânea), com o objetivo principal de reduzir o perigo de incêndio.

Para a implementação das faixas da rede primária identificam-se dois tipos de intervenção:

- **Faixa de interrupção de combustível (FIC)** – remoção total dos combustíveis (coberto arbóreo e sub-coberto) junto à rede viária, numa faixa de 10 metros para cada lado do caminho, ou 20 metros para o mesmo lado, atendendo à especificidade do local;
- **Faixa de redução de combustível (FRC)** – remoção do combustível de superfície (herbáceo, subarbustivo e arbustivo) e existindo extrato arbóreo, abertura de povoamentos e supressão da parte inferior das copas. Podem ser considerados dois tipos de afastamento entre copas:
 - i) Uma primeira área, que corresponde a uma faixa de 30 metros, logo a seguir à FIC, cujo espaçamento entre copas, deve ser de cerca de 4 metros;
 - ii) Uma segunda área, que corresponde ao limite exterior da faixa e que deverá preferencialmente apresentar um espaçamento entre copas de cerca de 2 metros, garantindo a descontinuidade horizontal do estrato arbóreo.

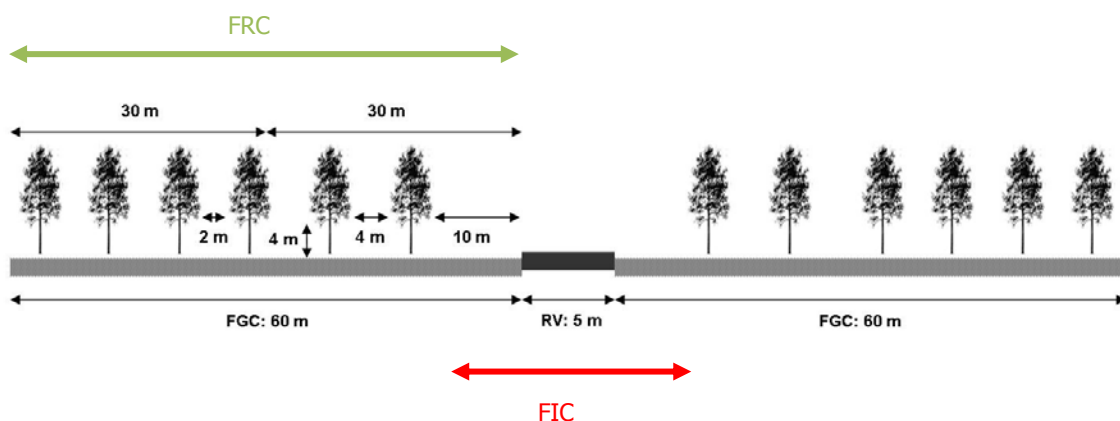


Figura 1. Seção transversal do modelo da RPFGC

Na execução destas faixas dever-se-á ainda ter em atenção que:

- 1) As FGC em espaços florestais não são projetadas para parar um fogo, mas sim para conferir às forças responsáveis pelo combate uma maior probabilidade de sucesso no ataque e contenção de um grande fogo florestal;
- 2) O projeto e a instalação de FGC devem, por isso, ter como preocupação fundamental a segurança no combate ao fogo;
- 3) Pela mesma razão, as FGC devem apoiar-se sempre na rede viária, sem a qual não possuem qualquer utilidade;

Assim, a RPFGC, considerada no âmbito deste procedimento, está associada à rede viária nacional, regional, municipal ou florestal, devendo-se ter sempre em consideração a conservação desta rede viária, evitando-se a sua degradação pelas máquinas e equipamentos a utilizar na execução das FGC.

Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível

As redes secundárias de faixas de gestão de combustível definidas no Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro., consideradas de interesse municipal ou local, são destinadas à proteção de populações e infraestruturas, desenvolvendo-se sobre:

- a) As redes viárias e ferroviárias
- b) As linhas de transporte e distribuição de energia elétrica
- c) As envolventes aos aglomerados populacionais e todas as edificações, aos parques de campismo, às infraestruturas e parques de lazer e de recreio, aos parques e polígonos industriais.

No âmbito do presente procedimento, as FGC estão associadas a troços da rede viária fundamental de acesso à Rede Primária.

Normalmente, na FGC de rede secundária, é apenas realizada a redução do combustível, tratando-se assim de uma faixa de redução de combustível (FRC).

Faixas de Redução de Combustível

A redução da carga de combustível realiza-se através de 2 métodos:

1) Gestão de combustíveis moto-manual

a) Remoção do combustível de superfície (herbáceo, subarbustivo e arbustivo), não devendo esta vegetação permanecer com uma altura superior a 20 centímetros. O combustível deverá ser cortado e removido ou destruído no local.

A execução das ações de controlo da carga combustível vegetal, nomeadamente do controlo da vegetação dos estratos rasteiro, subarbustivo e arbustivo, são efetuadas a partir dos limites laterais do piso da rede viária associada, estando incluídas neste controlo da carga combustível os cômodos e as valetas da rede viária associada.

Uma vez que as áreas objeto de intervenção são maioritariamente de matos, a redução do combustível prende-se normalmente com as espécies de tojo, urzes e giestas.

b) Supressão da parte inferior das copas até uma altura mínima de 4 metros medidos a partir do solo, ou até 50% da altura total da árvore se inferior a 8 metros. Esta desramação do arvoredo será efetuada com recurso à utilização de motosserra, machado e serrote. Nas quercíneas não é obrigatória esta ação de desramação.

c) Redução da densidade dos povoamentos florestais para que a distância entre copas seja superior a 4 metros.

i) A redução de densidade do arvoredo até um valor mínimo de coberto de 50%, não devendo a distância entre copas ser inferior a 4 metros, implicando o abate de arvoredo, será efetuada com recurso a motosserra de cadeia, para abate das árvores.

ii) A redução da densidade de arvoredo não é aplicável às quercíneas, em geral, devendo, para as outras espécies florestais, ser ponderada a necessidade da redução de densidade em função do modelo de combustível presente nas zonas contíguas à área a tratar.

iii) Em caso de necessidade de redução de densidade de um determinado povoamento florestal, as árvores a abater deverão ser marcadas previamente, para que as entidades competentes as possam identificar e avaliar a respetiva necessidade de abate.

iv) O adjudicatário só poderá proceder ao abate do arvoredo após a confirmação, por documento escrito, emitido pelo Município de Arcos de Valdevez em colaboração com as entidades competentes, sendo identificados nesse documento os troços e respetivas seções, onde esse abate terá lugar.

v) Os sobreiros, assim como outras espécies protegidas, devem ser preservados, mas no caso de haver necessidade de corte, deverão ser marcados e, após concessão de autorização para o seu abate, emitida pelas entidades competentes, serão cortados e retirados do local.

2) Gestão de combustíveis com recurso a fogo controlado

A gestão de combustíveis com fogo controlado, tem de obedecer ao estabelecido no ANEXO I - Regulamento do Fogo Técnico, a que se refere o n.º 1 do Despacho n.º 7511/2014, de 9 de junho e de acordo com o presente Caderno de Encargos.

2.1. Procedimentos na Gestão dos Combustíveis com recurso a fogo controlado/queima prescrita

- a) O adjudicatário responsável pela queima prescrita deverá responsabilizar-se por toda a logística, concretamente o fornecimento do combustível utilizado nos pinga-lumes, nas quantidades necessárias para garantir a segurança e o cumprimento dos objetivos, bem como os recursos humanos de apoio à contenção da queima.
- b) O adjudicatário deverá garantir a existência ou execução das ancoragens das parcelas sujeitas a queima, cumprindo as normas de segurança e os critérios técnicos de prescrição para uso do fogo.
- c) As ações de queima prescrita deverão encontrar-se submetidas ao Plano de Fogo Controlado aprovado em sede da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, ou na falta deste carecem do respetivo licenciamento pelo Município, para realização de queimada.
- d) Os procedimentos supra-referidos não substituem a comunicação e todo o processo exigido pelo ICNF, nos termos do estipulado nos Artigos 26.º e 27.º, do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 17/2009, de 14 de janeiro e do Despacho n.º 14031/2009, de 18 de Maio e do Despacho n.º 30/2009, de 15 de maio.
- e) Cumpre ao adjudicatário proceder à elaboração do Plano Operacional de Queima e remeter os dados ao Serviço Municipal de Proteção Civil| Gabinete Técnico Florestal do Município de Arcos de Valdevez e ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.
- f) Na RPFGC correspondente à área de concessão do Parque Eólico, qualquer intervenção na gestão de combustíveis fica sujeita a autorização prévia da empresa gestora do Parque Eólico.

2.2. Recomendações Específicas – Procedimentos durante a execução da queima

- 1. Efetuar o reconhecimento da parcela a queimar. Identificando os pontos críticos (possibilidade de saltos), pontos de risco (buracos, minas, valados, pedreiras, linhas de alta tensão, etc.). Analisar atentamente a direção, intensidade e variações do vento local em toda a extensão da parcela.
- 2. Reunir e apresentar toda a metodologia da queima a todos os elementos operacionais, distribuindo e esclarecendo as suas funções na queima.
- 3. Comunicar ao Comando Distrital de Operações e Socorro de Viana do Castelo o início da queima, informando sobre o local, freguesia e concelho e solicitando canal de manobra para comunicações.
- 4. Testar comunicações.
- 5. Retificar a operacionalidade dos meios e equipamentos envolvidos, bem como o seu posicionamento.
- 6. Proceder ao teste de queima e comunicar procedimento e resultados a todos os elementos.
- 7. O chefe de queima deverá acompanhar, vigiar e comunicar frequentemente com todos os elementos operacionais, sobre o progresso e a avaliação da queima. Durante esta fase, deverá proceder à avaliação da evolução meteorológica local.
- 8. Ao finalizar a queima proceder de imediato ao reconhecimento final. Identificar e avaliar a existência de pontos quentes e proceder a rescaldo.
- 9. Reunir e avaliar os resultados da queima e os procedimentos. Identificar e avaliar irregularidades.
- 10. Encerrar a queima e comunicar o desfecho ao Comando Distrital de Operações e Socorro.

Rede Viária Florestal

1) Rede viária florestal fundamental

A de maior interesse para a DFCI sobre a qual se desenvolve a restante RVF, garantindo o rápido acesso a todos os pontos dos maciços florestais, a ligação entre as principais infraestruturas de DFCI e o desenvolvimento das ações de proteção civil em situações de emergência, subdividindo-se nas seguintes categorias:

- Vias de 1.ª ordem, que cumprem as especificações técnicas mais exigentes;
- Vias de 2.ª ordem que, integrando a rede fundamental, não possuem as especificações mínimas necessárias para serem classificadas nas vias de 1.ª ordem.

2) Rede viária florestal complementar

A que engloba as restantes vias.

No âmbito do presente procedimento, está prevista a adaptação de troços da rede viária florestal existente, de acesso a pontos de água, aos critérios definidos no regulamento aprovado pelo Despacho n.º 5712/2014, de 16 de abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 83, de 30 de abril de 2014.

Cláusula 6ª – Descrição dos trabalhos a realizar

Este procedimento destina-se à Instalação da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI) de Arcos de Valdevez, através das seguintes ações:

- Abertura de rede primária de faixas de gestão de combustíveis (RPFGC), através de instalação de faixa de redução de combustível e de faixa de interrupção de combustível;
- Abertura de rede secundária de faixas de gestão de combustível (RSFGC) associadas a troços de rede viária florestal fundamental de acesso à rede primária de faixas de gestão de combustível, através de redução de combustível.

Os trabalhos a realizar, especificados no mapa de operações e quantidades e na cartografia em Anexo, englobam as ações seguidamente discriminadas.

6.1. Abertura da Rede Primária de FGC

A implementação da Rede Primária de FGC é a que se encontra projetada no PMDFCI de Arcos de Valdevez, seguindo o traçado aprovado na Comissão Distrital de Defesa da Floresta de Viana do Castelo.

Nesta ação, a abertura de rede primária de Faixas de Gestão de Combustível, deve ser realizada através de instalação de Faixa de Redução de Combustível (FRC) e de Faixa de Interrupção de Combustível (FIC).

A Rede Primária foi desenhada parcela a parcela e foi projetada a FIC com base na rede viária já existente, totalizando 9,74 km de comprimento, numa largura de 5 metros, mais 10 metros para cada lado do caminho ou 20 para o mesmo lado, quando o caminho encosta a um dos lados da parcela.

Os trabalhos de implantação da Rede Primária dividem-se nas seguintes tipologias:

a) Implementação da Faixa de Interrupção de Combustível (FIC)

Implementação da FIC ao longo de 9,74 km de comprimento, em que se procede à remoção total de combustível vegetal (de acordo com cartografia anexa).

A implementação da FIC consiste na execução da faixa de 20 metros de interrupção de combustível, com a utilização de máquina industrial adequada para o efeito. A faixa em causa é complementar à rede viária e pode ser realizada para cada um dos lados do caminho, numa largura de 10 metros ou uma faixa inteira de 20 metros, sempre que o caminho se encostar ao limite da parcela, tal como se encontra representado na cartografia em anexo.

A implementação da rede primária de FGC inclui a beneficiação de rede viária associada, sempre que esta seja constituída por piso em terra batida e esteja em mau estado de conservação, numa extensão de 4,90 km.

Desta forma, podemos resumir esta tipologia em duas ações:

a) Regularização da plataforma do caminho de apoio à FIC, sempre que necessário, com limpeza e abertura de valetas, limpeza e recuperação de bocas de aquedutos e regularização da plataforma (4,90 Km x largura do caminho). de acordo com os seguintes critérios:

- Garantir uma largura que permita a circulação de qualquer veículo de transporte: a faixa de rodagem deverá ser superior a 4 metros, devendo assegurar-se a existência de locais que possibilitem o cruzamento de veículos e a realização de inversão de marcha;
- Efetuar uma correta rede de drenagem com valetas de 0,4m de profundidade e 0,6m de largura, com valas transversais sempre que necessário;
- Minimizar a erosão adotando, nomeadamente, medidas de estabilização dos taludes;
- Sempre que possível, o declive longitudinal dos caminhos deve ser inferior a 10%, sendo o ideal de 3 a 6 %;
- O declive transversal máximo é de 5%;
- Se necessária a requalificação de aquedutos, deverão ser colocadas manilhas com dimensão de 50 cm, devendo estas ser colocadas a uma profundidade de vala que permita que o recobrimento dos tubos seja igual a uma vez e meia o seu diâmetro.
- As bocas de entrada e de saída dos aquedutos deverão ser protegidas com muretes de pedras recolhidas no local;
- Sempre que necessário deve ser efetuada a limpeza e desobstrução dos aquedutos.

b) Realização de FIC de 20 metros de largura com remoção total do combustível vegetal numa largura de 20 metros (9,74 Km x 20 m = 19,47 ha).

b) Implementação de Faixa de Redução de Combustível (FRC)

Redução da carga de combustível para a restante área da parcela (198,05 ha) de acordo com as considerações técnicas e as condicionantes a seguir discriminadas.

A criação da Faixa de Redução de Combustível será efetuada com recurso a:

- Meios moto-manuais, numa área de 162,30 ha;
- Fogo controlado, numa área de 35,75 ha.

Nas áreas maioritariamente de matos, a redução do combustível prende-se normalmente com as espécies de tojo, urzes e giestas, que devem ser cortadas e removidas ou destruídas no local. No entanto, sempre que existir estrato arbóreo, deve-se proceder conforme estipulado neste Caderno de Encargos.

6.1.1. Área de intervenção da Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível

A RPFGC apresenta uma área total de 217,52ha.

As intervenções em cada parcela encontram-se explanadas na tabela de quantificação dos trabalhos, detalhado por parcela.

6.2. Abertura da Rede Secundária de FGC

A implementação da rede secundária de faixas de gestão de combustível associadas a troços de rede viária florestal fundamental de acesso à rede primária de faixas de gestão de combustível, será realizada através de redução de combustível, numa área de 2,4ha.

A realização de rede secundária de FGC destina-se a complementar a operação anterior.

A redução do combustível deverá ser realizada de acordo com a metodologia já referida nas definições técnicas. Uma vez que as áreas são maioritariamente de matos, a redução do combustível prende-se normalmente com as espécies de tojo, urzes e giestas, que devem ser cortadas e removidas ou destruídas no local. No entanto, sempre que existir estrato arbóreo, deve-se proceder conforme estipulado neste Caderno de Encargos.

6.2.1. Área de intervenção da Rede Secundária de FGC

Operação	Extensão (m)	Faixa (m)	Area_FGC (m²)	Area_FGC (ha)
Gestão moto-manual de combustível, correção de densidades excessivas e desramação – CDR	1201,07	20	24021,40	2,40

6.3. Processamento do material lenhoso resultante das ações de redução de combustível, desramações e abate de arvoredos

Nas ações de redução de carga combustível levada a efeito através de utilização de grade de discos ou de corta-matos, o material vegetal fica incorporado no solo, no primeiro caso, e estilhaçado e disseminado sobre o solo, não constituindo, por si, especial perigo de concentração de material combustível.

Nos restantes métodos de redução de carga combustível, nomeadamente com utilização de motorroçadora e outras ferramentas manuais de corte, bem como nas ações de elevação de copas e de redução da densidade de povoamentos, são produzidos elementos combustíveis de calibre mediano e grosseiro, como ramos e troncos, que não deverão, em caso algum, permanecer nas áreas florestais de onde são oriundos, para além do tempo estritamente necessário para o seu processamento ou transporte.

Estes elementos de calibre mediano e grosseiro poderão ser destroçados e estilhaçados no local de origem, ou destruídos por queima em local que venha a ser considerado adequado, podendo ser dado ao material assim processado os seguintes destinos:

- a) Serem disseminados e incorporados no solo, quando existe camada arável suficiente para a sua humificação;
- b) Serem concentrados em quantidades relativamente pequenas e destruídos por queima, que apenas poderá ser efetuada com conhecimento, concordância e vigilância do Serviço Municipal de Proteção Civil| Gabinete Técnico Florestal do Município de Arcos de Valdevez;
- c) Serem transportados para o exterior das áreas florestais, devendo ser-lhes dado como destino primordial a sua utilização como fonte energética.

Cláusula 7ª – Condicionamentos

7.1. Condicionamentos de natureza técnica

1. A utilização de grades de disco para redução da carga combustível no estrato rasteiro deverá ser sempre efetuada segundo a curva de nível. No entanto, dever-se-á dar preferência à utilização de corta-matos acoplado a trator de rastros ou de rodas.
2. Nos cômodos e valetas da rede viária associada, seja ela nacional, regional, municipal ou florestal, deverá ser dada preferência à utilização de ferramentas de corte moto-manuais ou manuais com vista ao controlo da vegetação espontânea.
3. Os trabalhos a executar deverão ser sujeitos a marcação prévia, com uma antecedência de, pelo menos, 10 dias antes da data da sua execução, e formalmente comunicada ao dono da obra, com indicação das parcelas a executar, segundo a respetiva codificação.

7.2. Condicionamentos de natureza legal

1. Conforme determinam os Artigos 22.º e 30.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, nas zonas críticas, nas áreas submetidas a regime florestal e nas áreas florestais sob gestão do Estado, quando se verificar o índice de risco temporal de incêndio de níveis elevado, muito elevado ou extremo, não é permitido proceder à execução de trabalhos que envolvam a utilização de maquinaria sem os dispositivos previstos no artigo 30.º do referido diploma, nomeadamente dispositivos de retenção de faíscas ou faúlhas e de dispositivos tapa-chamas nos tubos de escape ou chaminés, e estejam equipados com um ou dois extintores de 6 kg, de acordo com a sua massa máxima, consoante este seja inferior ou superior a 10 000 kg.

2. Durante o período crítico, e em toda a área abrangida neste procedimento, considera-se razoável a utilização de tratores de rastros, desde que equipados com os dispositivos previstos no artigo 30.º referidos anteriormente, para realização de trabalhos de redução de combustíveis no estrato rasteiro com utilização de grades de disco, bem como a utilização de instrumentos manuais não mecânicos, tais como machados, serrotes e foices roçadoras, com vista às ações de desramação e redução de combustíveis nos estratos arbóreo e arbustivo.

3. Durante o período crítico, e fora das zonas críticas, considera-se que a utilização de corta-matos de martelos, de correntes ou de facas, acoplados a tratores de rastros, e a utilização de motorroçadoras e motosserras manuais, só deverá ser efetuada em casos de absoluta necessidade, devendo estar sempre presente nas zonas de atuação destes equipamentos um veículo todo-terreno dotado com equipamento de primeira intervenção, constituído por um depósito de água com capacidade mínima de 500 litros, uma motobomba, um troço de mangueira flexível com 100 metros, equipada com agulheta, e de, pelo menos, 2 elementos humanos devidamente formados para a utilização deste equipamento, bem como ferramentas de supressão.

Cláusula 8ª –. Condições Gerais dos Trabalhos a realizar

8.1. Informações preliminares

Fazem parte do presente caderno de encargos todos os trabalhos e seu modo de execução, os quais o adjudicatário se obriga a cumprir na íntegra.

Os trabalhos que constituem a presente prestação de serviços deverão ser executados com toda a solidez e perfeição e de acordo com as boas práticas silvícolas, definidas na alínea g) do nº 1, do artigo 13.º, da portaria nº 1137 – B/2008, de 9 de outubro. Devem ainda cumprir todas as outras obrigações de natureza ambiental impostas por lei.

De entre os diversos processos de execução que porventura possam ser aplicados, devem ser sempre escolhidos aqueles que conduzam à melhor garantia de duração e acabamento e de acordo com as regras que melhor permitam consolidar os objetivos traçados no projeto.

8.2. Sinalização das zonas de trabalho

O adjudicatário deverá colocar sinalização nas vias de acesso, na área envolvente da intervenção e em todos os pontos que considere necessário, de forma a alertar os utentes para a existência de possíveis perigos.

Nos casos em que haja necessidade de se proceder a cortes de trânsito ou à sua limitação temporária, fica por conta do adjudicatário contactar as entidades oficiais para os devidos efeitos.

Serão da responsabilidade do adjudicatário quaisquer prejuízos que a falta de sinalização, ou sua eficiência, possam ocasionar ao serviço ou a terceiros.

8.3. Pessoal

O adjudicatário é responsável por si e pelo seu pessoal, por eventuais prejuízos que causarem aos espaços onde executarem os serviços relativos a este Caderno de Encargos ou por quaisquer irregularidade que cometerem, ficando sujeito aos regulamentos e ordens em vigor. É obrigatório possuir um seguro de responsabilidade civil.

O adjudicatário deverá garantir as condições de segurança e higiene no local de trabalho em conformidade com a legislação em vigor.

O adjudicatário será responsável por todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material.

A responsabilidade proveniente de acidentes de trabalho pertence exclusivamente ao adjudicatário.

8.4. Segurança no âmbito da gestão dos combustíveis com recurso a fogo controlado/queima prescrita

O adjudicatário deverá garantir uma equipa técnica devidamente capacitada e habilitada para o uso do fogo na gestão dos combustíveis e, em número suficiente.

Para dar apoio às operações de queima e acompanhar os técnicos operacionais de queima, deverão estar presentes os meios necessários, em função da dimensão e complexidade das parcelas a executar.

Por questões de segurança, cada queima obriga à presença de um ou mais veículos florestais de combate a incêndios para apoio às operações de queima.

Em termos materiais, todos os elementos ficam obrigados ao uso do Equipamento de Proteção Individual (EPI) completo para o combate aos incêndios florestais homologado (Normas ISO referentes a cada elemento do EPI), de acordo com as normas europeias e providos de equipamentos de radiocomunicações.

Nos procedimentos para a execução o adjudicatário fica obrigado à comunicação da operação ao SMPC|GTF do Município de Arcos de Valdevez, Comando Distrital de Operações e Socorro, GNR, Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas quando se trate de perímetro florestal, Junta de Freguesia e ao Conselho Diretivo dos Baldios.

8.5. Coordenação e fiscalização dos trabalhos

1. O adjudicatário obriga-se a aceitar a direção técnica dos trabalhos que será efetuada por um técnico a designar pelo município, que acompanhará assiduamente os trabalhos.

2. A coordenação dos trabalhos é feita pelo técnico responsável que designará as ações a efetuar e o melhor modo para a sua concretização, obrigando-se o adjudicatário a cumprir o que lhe for indicado em conformidade.

3. O município reserva-se o direito de durante e após a execução dos trabalhos, e sempre que entender, levar a efeito visitas a fim de verificar se os trabalhos estão a ser executados de acordo com o estipulado neste Caderno de Encargos.

4. A ação da fiscalização em nada diminui a responsabilidade do adjudicatário pela boa execução dos trabalhos, salvo naquilo que for determinado pela mesma fiscalização.

5. O adjudicatário deverá facultar todos os meios ao seu alcance que permitam à fiscalização, em qualquer altura, exercer a sua ação.

6. A fiscalização poderá mandar suspender os trabalhos, temporária ou definitivamente, quando o equipamento utilizado pelo adjudicatário não satisfaça as exigências técnicas para as operações em curso, ou o pessoal ao serviço do adjudicatário não possua competência e eficiência desejadas.

7. Todo o pessoal envolvido nos trabalhos adjudicados deverá usar equipamento de proteção individual de acordo com as tarefas a desenvolver.

8. O adjudicatário deverá tomar todas as medidas necessárias para garantir a boa execução dos trabalhos e a sua preservação, sendo da sua conta a adoção de quaisquer medidas de proteção e segurança que se tornem necessárias, inclusive a terceiros.

9. Se a fiscalização considerar, em qualquer momento, que a segurança não está suficientemente garantida, poderá determinar que se adotem as providências que entenda convenientes e impor mesmo a interrupção dos trabalhos, até que isso seja satisfeito.

10. A responsabilidade do adjudicatário por qualquer sinistro será sempre total, sendo o adjudicatário obrigado a assegurar o seu pessoal contra acidentes de trabalho, cuja apólice de seguro deverá apresentar à fiscalização antes do início dos trabalhos.

8.6. Outras condições da execução dos trabalhos

1. Locais e condições de realização dos trabalhos

Antes do início da execução dos trabalhos serão dadas a conhecer ao adjudicatário todas as áreas de intervenção, assim como os trabalhos a realizar em cada local e as condições de realização destes, entendendo-se portanto que o adjudicatário se inteirou localmente do trabalho a realizar.

2. Comunicação

2.1 O adjudicatário deverá comunicar à fiscalização, logo que deles se aperceba, quaisquer erros ou omissões que julgue existirem na definição prévia dos trabalhos, bem como nas ordens, nos avisos ou nas notificações da fiscalização;

2.2 O adjudicatário deverá ter patente no local dos trabalhos, na posse do encarregado e em bom estado de conservação, este Caderno de Encargos e os demais documentos a respeitar na execução dos trabalhos.

8.7. Responsável técnico do adjudicatário

O adjudicatário deverá possuir um técnico ou corpo técnico devidamente habilitado para assumir o acompanhamento e a responsabilidade técnica da execução dos diversos serviços, bem como de assumir o diálogo com o(s) técnico(s) do Município de Arcos de Valdevez, do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e/ou outras entidades competentes.

8.8. Elementos a disponibilizar

Aos concorrentes são disponibilizados os seguintes elementos:

- a) Cartografia em formato PDF
- b) Sistema de Informação Geográfica (SIG), em formato digital Shapefile, georeferenciado no sistema cartográfica Hayford-Gauss, Datum Lisboa (lGeoE), com base de dados contendo os Id dos respetivos troços e as respetivas áreas.

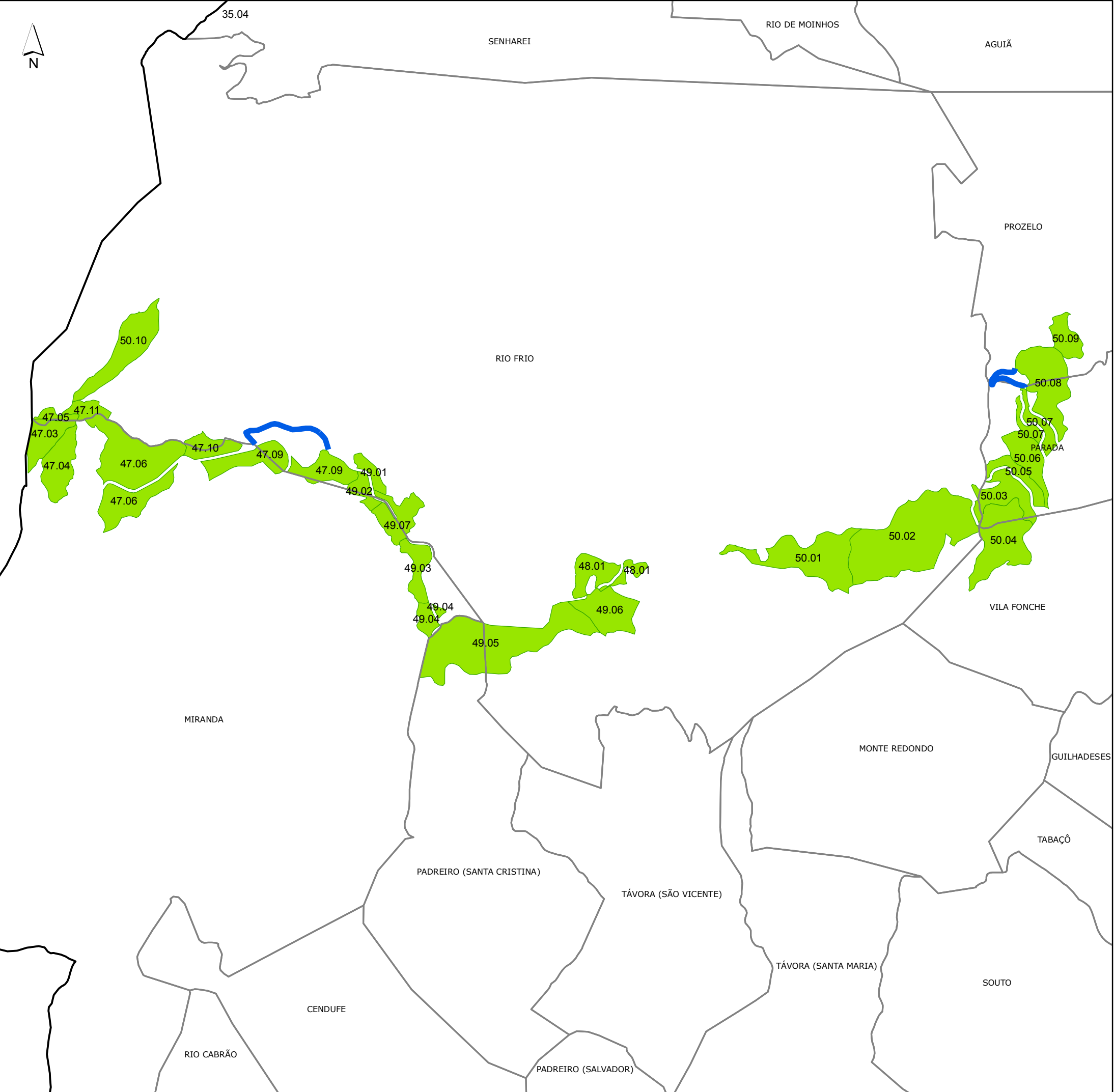
Arcos de Valdevez, 25 de julho de 2016.

O Presidente da Câmara,

(Dr. João Manuel do Amaral Esteves)



ANEXO 1. – PLANTA DE INTERVENÇÕES POR FREGUESIA





**MAPA DE INTERVENÇÕES
POR FREGUESIA
(Delimitação das freguesias anterior
à Divisão Administrativa)**

Limites Administrativos

-  Concelho de Arcos de Valdevez
-  Limite de Freguesia

Rede de Defesa da Floresta

-  FGC Rede Primária
-  FGC - Rede Secundária

Sistema de Coordenadas:
ETRS89 PT-TM06
Escala: 1:25.000

Elaboração:
SMPC | GTF - Município de Arcos de Valdevez
JUN16

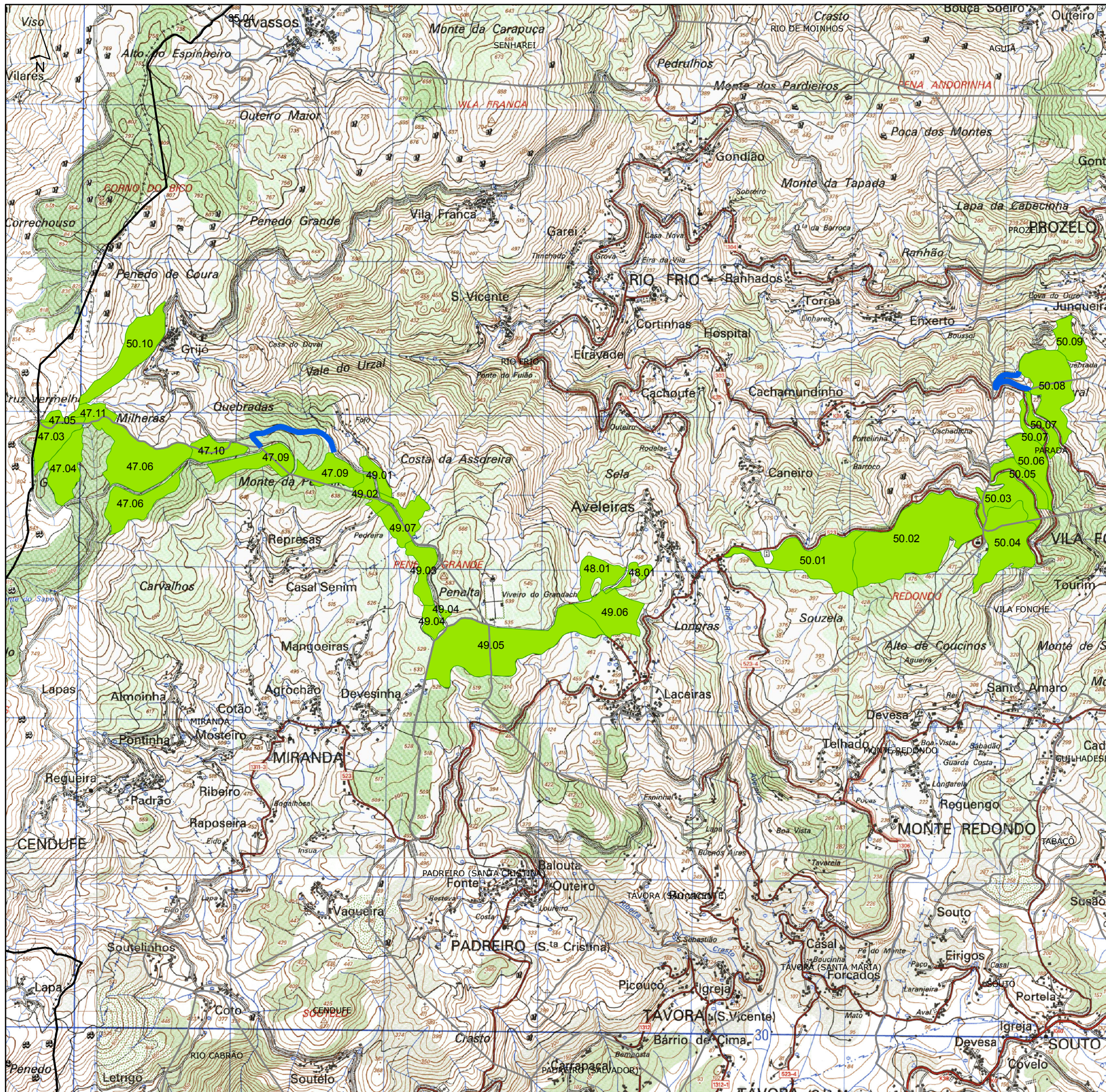


MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ
SMPC | GTF





ANEXO 1.1. – PLANTAS DE INTERVENÇÃO | CARTOGRAFIA MILITAR E ORTOFOTOMAPAS



MAPA DE INTERVENÇÕES POR FREGUESIA (Delimitação das freguesias anterior à Divisão Administrativa)

Limites Administrativos

- Concelho de Arcos de Valdevez
- Limite de Freguesia

Rede de Defesa da Floresta

- FGC Rede Primária
- FGC - Rede Secundária

Sistema de Coordenadas:
ETRS89 PT-TM06
Escala: 1:25.000

Elaboração:
SMPC | GTF - Município de Arcos de Valdevez
JUN16



MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ
SMPC | GTF







**MAPA DE INTERVENÇÕES
POR FREGUESIA
(Delimitação das freguesias anterior
à Divisão Administrativa)**

Limites Administrativos

-  Concelho de Arcos de Valdevez
-  Limite de Freguesia

Rede de Defesa da Floresta

-  FGC Rede Primária
-  FGC - Rede Secundária

Sistema de Coordenadas:
ETRS89 PT-TM06
Escala: 1:25.000

Elaboração:
SMPC | GTF - Município de Arcos de Valdevez
JUN16



MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ
SMPC | GTF



ANEXO 2. – QUADRO DE OPERAÇÕES E MEDIÇÕES

Cap. / Art.	Descrição	Unid.	Quant.
1	Implementação de Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível		
1.1	Instalação da Faixa de Interrupção de Combustível (FIC)		
1.1.1.	Rede Viária Florestal - regularização da plataforma do caminho associado à FIC	km	4,90
1.1.2.	Implementação da FIC - faixa de 20 metros de interrupção de combustível, numa extensão de 9,74 km	há	19,47
1.2	Instalação da Faixa de Redução de Combustível (para a restante área da parcela)	há	198,05
1.2.1	Gestão com fogo controlado/queima prescrita (QQQ)	há	35,75
1.2.2	Ações moto-manuais (CDR)	há	162,30
2	Implementação de Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível de Apoio à Rede Primária		
2.1	Faixa de redução de combustível - FGC de 20 metros de proteção à rede viária florestal	há	2,40